

Trabalho voluntário: ação que precariza a escola pública

Em vez de mobilizar a comunidade escolar para exigir do governo que financie a escola em que trabalhamos, a direção do **C. E. João Alfredo**, em Vila Isabel, convocou professores, funcionários, alunos e seus pais para um mutirão de limpeza, no dia 05 de maio de 2018.

O **Sepe** alerta trabalhadores e pais de alunos a não se deixarem enganar pela esperteza que está por detrás desta prática. Governo e determinadas direções de escolas exploram o trabalho não remunerado, livre de impostos e de vinculação trabalhista para transferir a sua responsabilidade a trabalhadores e usuários e esconder o desmonte da educação pública.

Longe de ser uma ação social voltada aos nossos interesses, o trabalho voluntário representa mais uma investida contra os direitos trabalhistas e previdenciários, atacados pelas políticas neoliberais desde a década de 1990. Essa modalidade de exploração da força de trabalho manipula o sentimento humano e ingênuo para ocultar o descumprimento criminoso da legislação trabalhista e a diminuição/extinção de postos de trabalho estratégicos na escola, como porteiros, faxineiros, cozinheiros, secretários, coordenadores pedagógicos, supervisores educacionais etc.

Essa ação política na qual o estado tenta envolver trabalhadores e usuários sustenta a corrupção sistematizada que camufla os milionários privilégios dos juízes, desembar-

gadores, parlamentares, ministros, secretários e governadores. A ação criminosa do trabalho voluntário sustenta a ideologia das ONGs, para as quais governos e seus adeptos querem transferir a gestão das escolas. A corrupção torna-se inevitável porque os dirigentes destas entidades privadas têm nos volumosos recursos do tesouro o seu fim maior.

Não se pode conciliar interesses privados com a prestação dos serviços essenciais. O trabalho voluntário é uma das formas de privatização do ensino público. Grandes corporações empresariais, como a Kroton Educacional, estão à frente destas políticas privatistas para abocanhar o promissor mercado do ensino a distância (EAD), calvário da docência presencial.

Mais que nunca, temos que lutar organizados no sindicato, contra toda e qualquer modalidade de precarização e privatização da escola pública. Devemos combater as argumentações imediatistas e reacionárias de que temos de tapar os imensos buracos abertos na escola. **Não!** A direção do C. E. João Alfredo deve exigir do governo o fornecimento das condições adequadas ao trabalho docente e não docente. Alunos e pais devem ser mobilizados para exigir o pagamento atrasado dos funcionários da limpeza e de outros terceirizados, ao invés de serem feitos de coveiros de sua própria sepultura.

Venceremos!



✓ **Concurso público já para funcionários administrativos!**

✓ **Piso de 5 salários para docentes (16h) e 3,5 para funcionários (30h)!**

✓ **Isonomia salarial com aposentados e pensionistas!**

Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do RJ – Regional III

Rua Conde de Bonfim, 297/Sala 1108 – Tijuca – Tel: 3203-5344

regional3@ig.com.br

<http://sepereg3.wordpress.com>